

I COLÓQUIO PAULO FREIRE E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

A INEXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA SEGUNDO PAULO FREIRE: UM RESULTADO PELA FALTA DE UMA “EDUCAÇÃO POLÍTICA” NA ESCOLA

Guilherme Fernandes da Cruz¹

Este texto tratará de uma possível proposta dialógica acerca da carência de atividades pedagógicas voltadas a uma educação política na escola pública. Uma preocupação pouco alimentada nos últimos tempos parece não incomodar muitos educadores e pessoas envolvidas com a formação de pessoas, no processo educacional da escola básica brasileira. O estudante de educação básica, ao concluir o Ensino Médio, está se tornando mais politizado ou menos politizado para a sociedade de hoje? A pergunta pode parecer demasiado retórica, entretanto, é possível perceber, de acordo com o que Paulo Freire chama de assistencialização², atribuindo ao comportamento do estudante, mais evidentemente na sala de aula, um estado de animosidade em relação ao ambiente de aprendizagem praticado na escola.

Quando falamos em “educação política”, não quer dizer que a escola tenha que preocupar-se, no cumprimento de seu papel, em formar ativistas com o propósito de atuação direta na área. Essa não é, e nem deve ser, necessariamente, a principal preocupação do ensino público de formação básica. Contudo, se porventura esse estudante está adquirindo para um pensamento crítico concernindo à formação e responsabilidade política em sua atuação social como cidadão.

Pouco se tem observado que o discurso proferido por profissionais da educação, responsáveis pela formação de massa crítica para o corpo social que se compõe temporalmente, já caiu numa obsolescência desgastante demais para permitir a sua continuidade sem colocá-la em discussão. As teorias de Paulo Freire são citadas em diversos trabalhos acadêmicos sem que seja dado a elas o seu devido valor de ação. Pois, qual o real sentido do pensamento de um autor se este não for levado a uma prática efetiva? E ignorar a apatia com que encontramos, na grande maioria das vezes, os nossos educandos, ao adentrar a sala de aula, é uma falha que devemos corrigir. Pois, de acordo com Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987, p. 78), “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão”.

Já ouvimos falar, em algum momento, que a nossa democracia ainda é muito jovem para que possamos fazer algum tipo de julgamento. O sistema de governo em questão entrou, de fato, em

¹ Aluno do 8º período do curso de graduação em Filosofia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e membro do Grupo de Estudos Críticos do Discurso Pedagógico (GECDiP) sob orientação da Prof. Drª. Bruna Sola.

² A “assistencialização” é o máximo de passividade do homem diante dos acontecimentos que o envolvem em suas relações sociais. (2002, p. 28).

vigor há exatos 30 anos. É importante lembrar que, quando Paulo Freire escreveu “Educação e Atualidade Brasileira”, sua “Tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas-Artes de Pernambuco” foi em 1959. Ainda não se configurava no Brasil, necessariamente, uma democracia. Num governo liberal populista predominava o domínio das oligarquias, o que em breve iria se tornar a opressão de uma ditadura. Entretanto, se levarmos em consideração a tenra idade de nossa democracia, em que momento de nossa existência social colocaremos em questão a educação democrática para as crianças e jovens que estamos formando? A educação política pode fazer com que o educando não fique atrás no tempo e acompanhe os problemas, podendo pensar sua realidade existencial e social, se tornando e atuando como um autêntico cidadão, responsável, consciente e capaz de propor possíveis soluções.

A nossa “inexperiência democrática” apontada por Freire (2002, p. 12) define-se como a “responsável por tantas manifestações de nosso comportamento, como a matiz de uma educação desvinculada da vida, autoritariamente verbal e falsamente humanista, em que nos desnutrimos”. Em outras palavras, o discurso ainda é fraco ou sem qualquer interesse de real mudança, o que enfatiza a falta de sentido na forma de trabalho empregada. Freire estende seu argumento e reforça sua tese em relação ao papel da escola, como agente formador social:

“Daí a nossa insistência no aproveitamento de nossas condições atuais, altamente favoráveis à revisão de nossa escola. Ao chamamento dela até a sua realidade local e regional. Ao esvaziamento de suas manifestações ostensivamente palavrescas. À superação de posições reveladoras de descrença no educando. Descrença no seu poder de fazer, de trabalhar, de discutir e debater. Ora, a democracia e a educação democrática – educação de que precisamos – se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode, mas deve discutir os seus problemas. Os problemas de sua comunidade. Os problemas de seu trabalho. Os problemas de sua democracia”. (2002, p. 90)

Podemos constatar na fala de nosso célebre educador que a escola parece não acreditar no homem, em sua faculdade de conhecer, refletir e propor soluções aos problemas de sua própria realidade social. E qual seria a dificuldade de nossos docentes da escola básica em trabalhar a educação política, ou seja, as relações humanamente necessárias, dentro de uma verdade ética e moral, bem como o exercício de uma educação democrática? Passaram-se cinquenta e seis anos desde que Freire escreveu sua tese e suas palavras continuam a fazer sentido em contraste com a atual condição de nosso ensino público. A questão a ser pensada agora é se a falta dessa educação política merece ser colocada em pauta e que tipo de mudança iremos propor.

Referências

FREIRE, Paulo. *Educação e Atualidade Brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002. 123 p.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.